26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

2177-3688

GT 6 – Informação, Educação e Trabalho

DEFICIÊNCIAS INVISÍVEIS NO ENSINO SUPERIOR: ENFRENTAMENTO AO CAPACITISMO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

INVISIBLE DEFICIENCIES IN HIGHER EDUCATION: *CONFRONTING ABLEISM IN INFORMATION SCIENCE*

Joelma Cavalcante Sares - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Maria Meriane Vieira da Rocha – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Rosilene Agapito Llarena - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O capacitismo é uma forma de discriminação contra pessoas com deficiência, enraizada em manifestações sociais, cognitivas, comportamentais e institucionais; portanto, também em instituições de ensino superior. Nesse sentido, o repensar sobre as deficiências invisíveis é imperativo a fim de combater o capacitismo e garantir que os fluxos e a organização da informação se façam acessíveis e inclusivos. O objetivo deste estudo foi analisar a maneira pela qual os programas de pós-graduação em Ciência da Informação, das universidades federais brasileiras, organizam e desenvolvem políticas institucionais voltadas ao combate das práticas capacitistas e ao apoio aos estudantes com deficiências invisíveis. Pretendeu-se identificar inovações, avanços, lacunas e obstáculos voltados à implementação de políticas institucionais de inclusão para alunos com deficiências invisíveis, além de instigar discussões e reflexões sobre acessibilidade institucional e permanência estudantil, contribuindo para a oferta de ambientes acadêmicos inclusivos, justos e equitativos. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e documental. O *corpus* foi constituído por instituições selecionadas conforme bases oficiais de avaliação da pós-graduação brasileira. A coleta de dados foi realizada por meio da análise de portais institucionais, normativas internas, setores e coordenações de acessibilidade, ouvidorias e serviços de apoio estudantil. Conclui-se que a Ciência da Informação tem um papel fundamental para combater o capacitismo das pessoas com deficiências invisíveis, tornando visíveis suas necessidades específicas e se opondo à desinformação, ao pré-julgamento, ao preconceito e à discriminação.

Palavras-chave: Capacitismo; deficiência invisível; ensino superior; programa de pós-graduação; ciência da informação.

Abstract: Ableism is a form of discrimination against people with disabilities, rooted in social, cognitive, behavioral, and institutional manifestations—and, consequently, present in higher education institutions as well. In this context, rethinking invisible disabilities is imperative to

combat ableism and ensure that information flows and organization are accessible and inclusive. The objective of this study was to analyze the way in which postgraduate programs in Information Science at Brazilian federal universities organize and develop institutional policies aimed at combating ableist practices and supporting students with invisible disabilities. It intended to identify innovations, advances, gaps and obstacles aimed at implementing institutional inclusion policies for students with invisible disabilities, instigate discussions and reflections on institutional accessibility and student retention, contributing to the provision of inclusive, fair and equitable academic environments. The research had a qualitative approach, of an exploratory, descriptive and documentary nature. The corpus was made up of institutions selected from official Brazilian postgraduate evaluation bases. Data collection was carried out through the analysis of institutional portals, internal regulations, accessibility sectors and coordinations, ombudsman offices and student support services. It concluded that Information Science has a fundamental role in combating the ableism of people with invisible disabilities, making their specific needs visible and opposing misinformation, pre-judgment, prejudice and discrimination.

Keywords: ableism; invisible disability; higher education; postgraduate program; information science.

1 INTRODUÇÃO

O capacitismo se caracteriza pela discriminação baseada na ideia de que pessoas com deficiência são inferiores ou incapazes. Manifesta-se por meio de práticas, discursos e estruturas que reforçam desigualdades e limitam a participação plena dessas pessoas. Segundo Campbell (2001), o capacitismo é uma teia que interliga padrões de vida e comportamento, estabelecendo um modelo de corpo ideal que exclui a deficiência, considerando o indivíduo "menor" e diferente do "ser humano perfeito", o que produz exclusões e desigualdades. Mello (2016) destaca que o capacitismo prioriza o ser humano sem deficiência, compreendendo a deficiência como uma limitação que resulta na rotulação das pessoas com deficiência como infantis, de baixo intelecto e incapazes.

Assim, o capacitismo ocorre de maneira estrutural e sutil na sociedade, manifestando-se no mercado de trabalho, no meio social e familiar, nos espaços públicos e privados, nos ambientes médicos e, entre outros ambientes, no educacional. No ensino superior, essencialmente na pós-graduação, existe a hipótese de que a discriminação pode se voltar contra pessoas com deficiência e neurodivergentes, por meio de barreiras físicas, atitudinais e metodológicas que as caracterizam como pessoas incapazes, inferiores ou inadequadas às normas acadêmicas de produtividade. Com o preconceito mais sutil, atrelado à “meritocracia acadêmica”, o pesquisador com deficiência pode ser visto como quem não alcança a mesma “produtividade padrão” exigida nos programas de pós-graduação.

O aumento de estudantes com deficiência no ensino superior nas últimas décadas trouxe mais desafios relacionados às deficiências invisíveis. No entanto, essas deficiências nem sempre são identificadas ou reconhecidas de forma adequada pelas instituições.

É nesse sentido que Andrade (2015) e Wolbring (2008) evidenciam a valorização da produtividade e da competitividade em detrimento da diversidade humana. Segundo Werneck (2003), uma sociedade inclusiva deve contemplar todas as condições humanas, assegurando igualdade de oportunidades e participação social. Nesse sentido, a acessibilidade informacional representa elemento essencial para o exercício da cidadania e da permanência estudantil.

Sendo assim, a invalidação de colegas gera no discente, com deficiência invisível, a chamada “fadiga de acesso”. A falácia da corponormatividade, segundo a qual todos os discentes processam da mesma maneira as informações, mantêm o mesmo foco e lidam com prazos do mesmo modo, exerce uma padronização marginalizadora. Isso pode ser refletido no contexto da pós-graduação por meio de projetos e ações que desenvolvam práticas anticapacitistas, oferecendo rotas flexíveis de avaliação, materiais acessíveis, letramento institucional e treinamento docente. No caso das pós-graduações em Ciência da Informação (CI), cujo papel social está na atuação direta na organização, representação e disseminação do saber, supõe-se que o combate ao capacitismo deve se dar, dentre outras ações, por meio de criação de arquiteturas da informação, bases de dados, metadados e tecnologias assistivas que contemplem as necessidades das pessoas com deficiências ocultas.

Neste estudo, a expressão deficiências invisíveis ou ocultas é adotada como categoria analítica para condições físicas, cognitivas, neurológicas ou psicossociais não imediatamente perceptíveis que podem produzir limitações significativas e demandar suporte, adaptações e reconhecimento institucional. A categoria abrange, no recorte da pesquisa, condições mencionadas na literatura consultada, como TEA, TDAH, dislexia, doenças crônicas, condições sensoriais não imediatamente perceptíveis e transtornos mentais. Essa delimitação não pressupõe equivalência entre deficiência, neurodivergência, transtorno mental e doença crônica, mas considera a invisibilidade da condição e as barreiras que podem afetar a participação acadêmica (Miyashiro, 2025). Em consonância com Sassaki (2003), utiliza-se a expressão “pessoa com deficiência”, evitando-se “deficiente” como substantivo e “portador(a) de deficiência”, por se tratar de terminologia centrada na pessoa e atualmente adotada no campo da inclusão.

Nessa perspectiva, tornou-se relevante o seguinte questionamento: como as universidades federais brasileiras articulam ações de acessibilidade informacional e enfrentamento ao capacitismo voltadas a estudantes com deficiências invisíveis na pós-graduação em CI?

Para responder à pergunta norteadora, o objetivo geral se caracteriza pela análise sobre como os Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) das universidades federais brasileiras estruturam e implementam políticas, estratégias e mecanismos institucionais voltados à promoção da acessibilidade informacional e ao enfrentamento do capacitismo direcionado a estudantes com deficiências invisíveis. Pretendeu-se demonstrar que a CI tem um papel fundamental para combater o capacitismo contra pessoas com deficiências invisíveis, tornando visíveis suas necessidades específicas e opondo-se à desinformação, ao pré-julgamento, ao preconceito e à discriminação. A seção seguinte aprofunda a discussão conceitual sobre deficiências invisíveis, acessibilidade e capacitismo no contexto da pós-graduação e da Ciência da Informação.

2 A INVISIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS OCULTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO E O CAPACITISMO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

Com base na delimitação adotada neste estudo, a invisibilidade dessa condição pode dificultar seu reconhecimento institucional e contribuir para processos de subnotificação, descrédito e discriminação, intensificando barreiras relacionadas ao acesso, à permanência e ao exercício de direitos.

Para fins conceituais, adota-se a definição da Lei Brasileira de Inclusão, segundo a qual pessoa com deficiência é aquela que possui impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com barreiras, pode limitar sua participação plena e efetiva na sociedade. A acessibilidade corresponde às condições de alcance e utilização, com segurança e autonomia, de espaços, serviços, informação e comunicação; a inclusão social, nesse contexto, relaciona-se à garantia de participação e exercício de direitos em igualdade de condições (Brasil, 2015). Quanto às condições consideradas no recorte, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) envolve alterações persistentes na comunicação e interação social e padrões restritivos e repetitivos de comportamento, sendo a pessoa com TEA considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais (Brasil, 2012). O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH),

por sua vez, é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por sintomas de desatenção, hiperatividade e impulsividade, que podem persistir na vida adulta (Brasil, 2022).

As barreiras institucionais acabam por invalidar socialmente as pessoas com essas deficiências, gerando isolamento, opressão e despreparo da sociedade em geral.

Caminha, Huguenin, Assis e Alves (2016, p. 60) exemplificam que:

> [...] as pessoas com autismo são privadas de muitas experiências sociais ou são expostas a situações de difícil manejo social, porque têm-se socialmente reproduzidas, dia após dia, práticas de exclusão. Tais práticas, por vezes, são travestidas da intenção de proteção, ou são justificadas pela crença de limitações/deficiência tão definitivas que colocam ponto final nas possibilidades de interação e desenvolvimento da pessoa com TEA.

No contexto da educação superior, o capacitismo se apresenta como uma barreira estrutural a ser enfrentada por estudantes com deficiência. A falta de adaptações que demandam acessibilidade, como questões arquitetônicas, estruturais e até metodológicas (pedagógicas e didáticas), o sentimento de opressão e a constatação do despreparo dos docentes (falta de capacitação de professores e gestores) que geram incompreensões e preconceitos, tornam-se os grandes desafios no Ensino Superior, essencialmente nesse contexto histórico que registra grande quantidade de diagnósticos.

Destarte, quando se trata de estudantes com deficiências invisíveis, a decisão de revelar sua condição pode conduzi-los tanto ao reconhecimento de direitos e ao acesso a suportes institucionais quanto à exposição a situações de constrangimento e questionamentos que podem comprometer dimensões intelectuais, sociais, pessoais e humanas de suas trajetórias acadêmicas. Sendo assim, a invisibilidade pode surgir como uma estratégia de proteção diante do medo da inferiorização, da limitação de capacidades e do questionamento de sua competência intelectual. Por outro lado, tornar a deficiência visível implica, muitas vezes, a necessidade de constantemente explicar, reivindicar e defender direitos.

É nessa perspectiva que se destaca a importância de políticas institucionais voltadas à conscientização da comunidade universitária, bem como da capacitação docente e gestores para a construção de práticas pedagógicas e estratégias de ensino que atendam às necessidades desses estudantes. Soma-se a isso a necessidade de abordagens institucionais mais sensíveis e inclusivas, considerando que muitos desses discentes já ingressam no ambiente acadêmico em condições de vulnerabilidade acadêmica e social.

No âmbito da CI, a acessibilidade informacional está associada à garantia de condições para que diferentes sujeitos possam localizar, acessar, compreender e utilizar informações necessárias ao exercício da cidadania. A informação, nesse caso, constitui recurso estratégico para a inclusão social, especialmente quando articulada às políticas institucionais voltadas à redução de barreiras informacionais e à promoção da equidade. Sendo assim, a CI pode contribuir para a construção de maior representatividade na pós-graduação e no ensino superior de maneira integral, diminuindo o ciclo de exclusão institucional e para o afunilamento crítico diminuindo barreiras e preconceitos e a vulnerabilidade de pesquisadores.

Para Kuhlthau (1999), o processo de busca da informação é holístico, envolvendo dimensões cognitivas, afetivas e comportamentais. Seus estudos destacaram os sentimentos experimentados pelos indivíduos nesse processo, ampliando a compreensão do comportamento informacional além dos aspectos cognitivos e físicos tradicionais. Sob essa ótica, a informação é um recurso estratégico para a inclusão social, especialmente quando articulada a políticas institucionais que reduzem barreiras informacionais e promovem equidade.

Por isso, discussões acadêmicas começam a abordar modelos sociais das deficiências invisíveis e a necessidade de políticas institucionais baseadas em ética, alteridade, subjetividades e identidades. Exemplos incluem: Costa e Oliveira (2021), que discutem o papel das bibliotecas universitárias para usuários com deficiência; Paiva e Gesser (2023), que analisam o acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior como ativismo político; e Amorim e Fumes (2023), que apontam a falta de visibilidade e o agravamento da exclusão de estudantes com deficiências invisíveis no ambiente universitário.

Nos últimos dez anos, os debates sobre acessibilidade têm ganhado maior espaço na produção científica da Ciência da Informação (CI) no Brasil. Contudo, as discussões relacionadas ao capacitismo ainda constituem um campo pouco explorado em comparação aos estudos voltados às pessoas com deficiência. A literatura da área se concentra, predominantemente, em temáticas como acessibilidade digital, acessibilidade web, tecnologias assistivas, bibliotecas acessíveis, mediação da informação e inclusão de usuários com deficiência.

O debate científico e prático se estrutura em torno de pilares como: a) acessibilidade informacional e tecnológica, essencialmente relacionada à falta de adoção de tecnologias assistivas e adaptação de ferramentas digitais (Abramo, 2024); b) atuação profissional e

necessidade de capacitação continuada para enfrentar o despreparo dos profissionais no ensino superior (Souza; Costa; Tabosa, 2013); c) estudos do usuário como fator de análise para inclusão de pessoas com deficiência invisível (Nakano, 2022); d) necessidade de aquisição de competências críticas em informação para representação e organização da informação com foco no acolhimento humano e recuperação equitativa (Silva, 2025).

Em contrapartida, observa-se uma reduzida produção científica dedicada à análise crítica de questões como o capacitismo, a exclusão informacional e as deficiências invisíveis. Essa lacuna evidencia a necessidade de ampliar as investigações sobre os mecanismos sociais, culturais e informacionais que contribuem para a manutenção de barreiras e desigualdades enfrentadas por pessoas com deficiência nos diferentes contextos de acesso, uso e apropriação da informação.

De acordo com estudo recente realizado por Marques, Oliveira e Lima (2025), por meio da análise dos anais do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), foram identificados apenas 34 trabalhos relacionados à pessoa com deficiência em um universo de 2.470 trabalhos publicados entre 2017 e 2023, contestando a invisibilidade das pessoas com deficiências na produção científica na CI.

A CI desempenha papel fundamental na construção de conhecimentos capazes de fundamentar teorias e estratégias voltadas à transformação social. Entretanto, quando as discussões sobre deficiência permanecem pouco exploradas na área, contribui-se para a perpetuação da invisibilidade social das pessoas com deficiência, fortalecendo estigmas e práticas discriminatórias. Nesse contexto, é essencial que a produção, a organização e a disseminação da informação estejam comprometidas com os princípios da inclusão e da acessibilidade, contribuindo para o aperfeiçoamento de mecanismos que reduzam as barreiras impostas pelo preconceito e pela discriminação. Dessa forma, favorece-se a visibilidade informacional das pessoas com deficiência e o fortalecimento de ações de enfrentamento ao capacitismo. Com base nesse referencial, a seção seguinte apresenta os procedimentos metodológicos e os resultados da análise documental.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, RESULTADOS E ANÁLISES DE INVESTIGAÇÃO

A pesquisa se caracteriza como qualitativa, exploratória, descritiva e documental. O *corpus* compreendeu as 12 universidades federais brasileiras que, no período da pesquisa, possuíam programas de pós-graduação em Ciência da Informação (CI), em nível de mestrado

e/ou doutorado, identificadas conforme a CAPES e a Plataforma Sucupira. Foram incluídas apenas universidades federais com PPG em CI, excluindo-se instituições de outras naturezas administrativas e programas de áreas correlatas.

A coleta documental foi realizada no período de 12 de maio de 2026 a 15 de junho de 2026, mediante consulta aos portais institucionais, pró-reitorias estudantis, setores de acessibilidade, ouvidorias, resoluções, editais, normativas e materiais institucionais. As evidências localizadas foram registradas em matriz de coleta, considerando os indicadores: políticas de acessibilidade, núcleos de inclusão e acessibilidade, canais de ouvidoria ou denúncia, apoio psicopedagógico, espaços de acolhimento, materiais institucionais sobre inclusão e diversidade e normativas destinadas a estudantes com deficiência.

Para a análise, os indicadores foram agrupados em três categorias: acessibilidade institucional, por meio da identificação de núcleos, serviços e políticas; reconhecimento das deficiências invisíveis, conforme menções a condições como o TEA, o TDAH, Hiperatividade e a Depressão; e enfrentamento ao capacitismo, mediante a identificação de campanhas, cartilhas, normativas e ações educativas promovidas pelas instituições. Adotou-se a classificação “Sim” quando localizada evidência documental explícita; “Parcial” quando identificada evidência relacionada, porém sem referência específica à dimensão investigada; e “Não identificado” quando não localizada evidência nas fontes consultadas. A análise se restringiu às informações publicamente disponíveis no período da coleta, não permitindo inferir a inexistência de ações institucionais não documentadas ou não disponibilizadas nos canais examinados.

A coleta documental foi realizada por meio de consulta aos portais institucionais das universidades selecionadas, incluindo páginas das pró-reitorias estudantis, setores de acessibilidade, canais de ouvidoria, resoluções, editais e demais normativas institucionais. Nesse sentido, os dados foram submetidos à análise de conteúdo, considerando as categorias analíticas já indicadas, a fim de identificar a maneira pela qual as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, que ofertam programas de pós-graduação em CI, estruturam suas políticas institucionais de inclusão, buscando mapear possíveis lacunas, desafios e limitações relacionados ao reconhecimento, acolhimento e atendimento de estudantes com deficiências invisíveis. O Quadro 1 representa os PPGCI das universidades federais brasileiras.

Quadro 1 - Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação das Universidades Federais Brasileiras

Nº	INSTITUIÇÃO	SIGLA	ESTADO	PROGRAMA	NÍVEL
1	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	PPGCI	Mestrado/Doutorado
2	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	PPGCI	Mestrado/Doutorado
3	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	PPGCI	Mestrado/Doutorado
4	Universidade de Brasília	UnB	DF	PPGCINF	Mestrado/Doutorado
5	Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	PPGCI	Mestrado/Doutorado
6	Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	PPGCI	Mestrado/Doutorado
7	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	PPGCI	Mestrado/Doutorado
8	Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS	PPGCI	Mestrado
9	Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	PPGCI	Mestrado/Doutorado
10	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	PPGCI	Mestrado/Doutorado
11	Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	PPGCI	Mestrado
12	Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	PPGCI	Mestrado

Fonte: elaboração própria (2026).

O Quadro revela que as 12 universidades federais brasileiras com programas de pós-graduação em CI oferecem cursos em diferentes regiões do país, com predominância de programas com mestrado e doutorado (8 instituições). Apenas 4 instituições oferecem exclusivamente mestrado. A distribuição geográfica abrange todas as regiões, exceto o Centro-Oeste, com apenas uma instituição (UFG), e o Sul, com uma instituição (UFSC). Essa diversidade pode refletir diferentes abordagens e contextos regionais em relação à acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiências invisíveis.

O Quadro 2 apresenta os resultados das análises dos documentos analisados baseados nas categorias definidas para a investigação:

QUADRO 2 - Coleta baseada nas categorias de análise da pesquisa

IES	Núcleo de Acessibilidade	Política de Inclusão	Apoio Psicopedagógico	Menção a TEA/ TDAH	Cartilhas /Guias Inclusivos	Evidência Encontrada

UFPB	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	CIA – Comitê de Inclusão e Acessibilidade e NEDESP – Núcleo de Educação Especial oferecem suporte a estudantes com deficiência e neurodivergências. (https://www.ufpb.br/cia/) e https://www.ce.ufpb.br/nedesp/)
UFPE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	NACE – Núcleo de Acessibilidade (https://www.ufpe.br/nucleodeacessibilidade)
UFMG	Sim	Sim	Sim	Parcial	Sim	https://www.ufmg.br/naiNAI – Núcleo de acessibilidade e inclusão. Coordena políticas de inclusão, apoio pedagógico, biblioteca acessível e permanência estudantil. (https://www.ufmg.br/nai)
UnB	Sim	Sim	Sim	Parcial	Parcial	Serviços institucionais de acessibilidade e orientação psicopedagógica aos estudantes. (https://acessibilidade.unb.br/)
UFF	Sim	Sim	Sim	Sim	Parcial	Secretaria de Acessibilidade e Inclusão (SAI – Sensibiliza). (https://www.uff.br/proaes/acessibilidade-e-inclusao/)
UFPA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Coordenadoria de Acessibilidade, cartilhas pedagógicas e orientações para inclusão. (https://sigaest.ufpa.br/sigaest/programas.php)
UFRJ	Sim	Sim	Parcial	Parcial	Parcial	Estruturas de acessibilidade e inclusão identificadas, porém documentação dispersa.
FURG	Sim	Sim	Sim	Parcial	Parcial	Programa de apoio aos estudantes com necessidades específicas. (https://prae.furg.br/246-paene.html)
UFBA	Sim	Sim	Sim	Parcial	Sim	Núcleo de acessibilidade e materiais orientativos para inclusão.

						(https://napeacessivel.ufba.br/)
UFSC	Sim	Sim	Sim	Parcial	Sim	Coordenadoria de acessibilidade e orientações institucionais. (https://cae.ufsc.br/)
UFC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Secretaria UFC Inclui atua com apoio pedagógico, materiais acessíveis e formulação de política institucional. (https://acessibilidade.ufc.br/pt/servicos/)
UFG	Sim	Sim	Sim	Parcial	Sim	Núcleo de Acessibilidade possui política institucional e Laboratório de Acessibilidade Informacional. (https://acessibilidade.ufg.br/)

Fonte: elaboração própria (2026).

De acordo com os dados do Quadro 2, todas as universidades pesquisadas possuem unidades voltadas à promoção da acessibilidade e à inclusão social por meio de núcleos, secretarias ou coordenações. Observam-se também políticas institucionais de inclusão e de serviços de apoio psicopedagógico voltados à permanência estudantil. Todavia, os estudos revelaram que a abordagem das deficiências invisíveis, principalmente no que diz respeito ao TEA, ao TDAH e aos transtornos mentais, ainda ocorre de forma tímida e desigual entre as instituições.

Apenas UFPB[1], UFPE[2], UFF[3], UFPA[4] e UFC[5] apresentaram evidências documentais claras e sistematizadas sobre o atendimento a esses públicos. Nas demais instituições, UFMG[6], UnB[7],

[1] Disponível em: https://www.ufpb.br; https://www.ufpb.br/cia; https://www.ce.ufpb.br/nedesp ; https://www.prape.ufpb.br/programa-aluno-apoiador/; https://www.ufpb.br/ouvidoria/; https://www.ufpb.br/cau/.
[2] Disponível em: https://www.ufpe.br; https://www.ufpe.br/nucleodeacessibilidade; https://www.ufpe.br/proaes; https://www.ufpe.br/ouvidoriageral.
[3] Disponível em: https://www.uff.br; https://www.uff.br/proaes/acessibilidade-e-inclusao/; https://www.uff.br/proaes/; https://www.uff.br/ouvidoria/.
[4] Disponível em: https://ufpa.br/; https://ufpa.br/orgaos/superintendencia-de-assistencia-estudantil/; https://sigaest.ufpa.br/sigaest/programas.php; https://ouvidoria.ufpa.br/.
[5] Disponível em: https://www.ufc.br ; https://acessibilidade.ufc.br; https://www.ufc.br/ouvidoria
[6] Disponível em: https://www.ufmg.br ; https://www.ufmg.br/nai; https://www.ufmg.br/prae/; https://www.ufmg.br/dgi/ouvidoria/.
[7] Disponível em: https://www.unb.br; https://acessibilidade.unb.br/; https://ouvidoria.unb.br/#

UFRJ[8], FURG[9], UFBA[10], UFSC[11] e UFG[12], a menção específica às deficiências invisíveis aparece de forma limitada ou indireta, indicando que essas demandas ainda se encontram em processo de consolidação. Tal cenário evidencia a carência de estratégias mais explícitas voltadas ao enfrentamento ao capacitismo e à permanência de estudantes com deficiências invisíveis.

Os resultados mostram que as IES analisadas avançaram na institucionalização da acessibilidade, com políticas, núcleos especializados e serviços de apoio à permanência estudantil. Entretanto, o reconhecimento documental das deficiências invisíveis permanece desigual e, em parte das instituições, restrito a menções pontuais. Sob a perspectiva da CI, esse resultado não se limita à existência de estruturas institucionais, mas envolve a forma como as informações sobre direitos, serviços, condições atendidas e mecanismos de apoio são produzidas, organizadas, representadas e disponibilizadas aos estudantes. Assim, a pouca explicitação das deficiências invisíveis nos documentos e canais analisados pode constituir uma barreira à visibilidade e à recuperação da informação institucional por sujeitos que necessitam reconhecer suas demandas e identificar os suportes disponíveis.

Nesse contexto, a contribuição da CI se relaciona à redução de barreiras informacionais por meio da organização, representação, mediação e disseminação de informações institucionais acessíveis e recuperáveis. Tornar explícitas as diferentes demandas de acessibilidade em políticas, normativas, páginas e materiais institucionais favorece a visibilidade informacional das deficiências invisíveis e amplia as possibilidades de acesso dos estudantes às informações necessárias ao exercício de direitos, ao pertencimento e à permanência acadêmica. A seção seguinte sintetiza as conclusões, os limites do estudo e seus possíveis desdobramentos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise documental evidenciou que as IES investigadas dispõem de estruturas, políticas e serviços voltados à acessibilidade. Entretanto, o reconhecimento explícito das deficiências invisíveis nos documentos e canais institucionais consultados se mostrou desigual, concentrando-se em parte das instituições. Esse resultado revela uma diferença

[8] Disponível em: https://www.ufrj.br; https://acessibilidade.ufrj.br/; https://acessibilidade.ufrj.br/dirac/; https://ouvidoria.ufrj.br/; https://sgaada.ufrj.br/.
[9] Disponível em: https://www.furg.br; https://secaid.furg.br/; https://secaid.furg.br/nucleo-de-acessibilidade-e-inclusao-nai; https://prae.furg.br/246-paene.html; https://ouvidoria.furg.br/.
[10] Disponível em: https://www.ufba.br; https://napeacessivel.ufba.br/; https://ouvidoria.ufba.br/.
[11] Disponível em: https://www.ufsc.br; https://cae.ufsc.br/; https://cae.ufsc.br/acessibilidade-na-legislacao/; https://proafe.ufsc.br/; https://ouvidoria.ufsc.br/.
[12] Disponível em: https://www.ufg.br ; https://acessibilidade.ufg.br; https://ouvidoria.ufg.br/.

entre a institucionalização formal da acessibilidade e a visibilidade informacional atribuída às demandas relacionadas às deficiências invisíveis.

Por se tratar de pesquisa documental, os resultados não permitem afirmar como essas políticas e serviços são vivenciados pelos estudantes nem aferir a ocorrência de práticas capacitistas no cotidiano acadêmico. Permitem, contudo, identificar a reduzida explicitação das deficiências invisíveis e do enfrentamento ao capacitismo nas fontes analisadas, evidenciando uma lacuna na representação e na visibilidade dessas questões na informação institucional.

Nesse cenário, a CI pode contribuir para ampliar a organização, a representação, a mediação e a disseminação de informações sobre direitos, serviços e mecanismos de apoio, favorecendo sua identificação e recuperação pelos estudantes. Como desdobramento, recomenda-se que pesquisas futuras incorporem estudos de caso e a escuta direta de discentes com deficiências invisíveis, de modo a investigar como as barreiras informacionais e institucionais identificadas documentalmente se manifestam em suas trajetórias acadêmicas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Mariana Vianna. Pessoas com Deficiência e o Capacitismo: invisibilidade forçada e possibilidades de inclusão**. SOUZAEAD-Revista Acadêmica Digital**, [*s. l.*], n. 77, p. 1-15, 2024. Disponível em: https://souzaeadrevistaacademica.com.br/revista/77-setembro-2024/08-mariana-vianna-abramo.pdf. Acesso em: 17 jun. 2026.

AMORIM, Rosiane Oliveira de; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. Invisibilidade e opressões vividas por universitários com deficiência na educação superior. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 601–613, 2023. Disponível em: https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/539. Acesso em: 17 jun. 2026.

ANDRADE, Sidney. **Capacitismo**: o que é, onde vive, como se reproduz? 2015. Disponível em: https://medium.com/@sidneyandrade23/capacitismo-o-que-%C3%A9-onde-vive-como-se-reproduz-5f68c5fdf73e. Acesso em: 20 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Acesso em: 20 jun. 2026.

BRASIL. Secretaria de Governo Digital. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência comentada**. Brasília: Governo Digital, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-e-usuario/acessibilidade-

digital/material-de-apoio/convencao-direitos-pessoas-deficiencia-comentada.pdf. Acesso em: 20 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm Acesso em: 10 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/pcdt/t/transtorno-do-deficit-de-atencao-com-hiperatividade-tdah Acesso em: 10 set. 2026.

CAMINHA, Vera Lúcia Prudência dos Santos; HUGUENIN, Julliane Yoneda; ASSIS, Lúcia Maria de; ALVES, Priscila Pires (org.). **Autismo:** vivências e caminhos. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2016. Disponível em: https://openaccess.blucher.com.br/article-list/autismo-292/list/. Acesso em: 20 jun. 2026.

CAMPBELL, Fiona Kumari. Inciting Legal Fictions: 'Disability's Date with Ontology and the Ableist Body of the Law. **Griffith Law Review**, London, v. 10, n.1, p. 42-62, 2001. Disponível em: https://research-repository.griffith.edu.au/items/a8717f67-39a4-53e5-9fbd-67eb3432334d. Acesso em: 20 jun. 2026.

COSTA, Michelle Karina Assunção; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Usuários da informação com deficiência e o papel das bibliotecas universitárias. Ciência da Informação em Revista, Alagoas, v. 8, n. 1, p. 95–118, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufal.br/index.php/cir/article/view/11238 Acesso em: 17 jun. 2026.

KUHLTHAU, Carol Collier**.** O papel da experiência no processo de busca de informações de um profissional da informação em início de carreira: percepções de incerteza, construção da complexidade e fontes. **Revista da Sociedade Americana de Ciência da Informação***,* [*s. l.*], v. 50, n. 5, p. 399–412, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/220432774_The_Role_of_Experience_in_the_Information_Search_Process_of_an_Early_Career_Information_Worker_Perceptions_of_Uncertainty_Complexity_Construction_and_Sources. Acesso em: 16 jun. 2026.

MARQUES, Giulianne Monteiro Pereira; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; LIMA, Izabel França de. (In)visibilidade da pessoa com deficiência na produção científica em Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação,** Minas Gerais, v. 30, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/53361 Acesso em: 10 set. 2026.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27783799/. Acesso em: 20 jun. 2026.

MIYASHIRO, Jaqueline da Silva Ambrósio. **Nem parece que você é deficiente! Percepção das pessoas com deficiências ocultas sobre desafios e oportunidades no ambiente de trabalho.** 2025. 82 f. Dissertação (mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/8ed98aa6-8ee1-4fcf-a6cc-a6731084fd69/content. Acesso em: 16 jun. 2026.

NAKANO, Natália. Acessibilidade na ciência da informação: uma revisão sistemática da literatura brasileira. **AtoZ**: Novas Práticas em Informação e Conhecimento, Curitiba, v. 11, n., 2022. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/197346. Acesso em: 17 jun. 2026.

PAIVA, Juliana Cavalcante Marinho; GESSER, Marivete. Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior: participação na academia científica como forma de ativismo político. **Rev. Educ. Polít. Debate**, Minas Gerais, v.12, n. 3, p. 1117-1131, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-83462023000301117&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 17 jun. 2026.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. *In*: VIVARTA, Veet (coord.). **Mídia e deficiência**. Brasília, DF: Andi; Fundação Banco do Brasil, 2003. p. 160–165.

(Silva, 2025).

SOUZA, Mônica Sena de; COSTA, Maria de Fátima Oliveira; TABOSA, Hamilton Rodrigues; ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Acessibilidade e inclusão informacional. **Informação & Informação**, Paraná, v. 18, n. 1, p. 1–16, 2013. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12173. Acesso em: 17 jun. 2026.

WERNECK, Claudia**. Você é gente?** Rio de Janeiro: WVA Editora, 2003. Disponível em: https://www.escoladegente.org.br/livros-publicacoes. Acesso em: 20 jun. 2026.

WOLBRING, Gregor. The politics of ableism**. Development**, [*s. l.*], v. 51, n. 2, p. 252–258, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/5219934_The_Politics_of_Ableism. Acesso em: 20 jun. 2026.